

## **RESOLUÇÃO Nº 10/2002 - (REVOGADA)**

(Publicada no Diário Oficial de 13/06/2002)

(Republicada no Diário Oficial de 02/07/2002)

Alterada pelas Resoluções nºs 03/04 e 04/06.

Revogada pela Resolução nº 05/06.

### **Habilita a FLY PACK LTDA. aos benefícios do BAHIAPLAST.**

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO BAHIAPLAST**, no uso de suas atribuições e nos termos do Decreto nº 7439/98, alterado pelo Decreto nº 7.732, de 29.12.99,

### **R E S O L V E:**

**Art. 1º** Considerar a PRISMA PACK - INDÚSTRIA DE FILMES TÉCNICOS E EMBALAGENS LTDA., CNPJ nº 04.697.913/0001-60, indústria de transformação plástica, exercendo atividade enquadrada na CNAE-FISCAL sob o código de atividade econômica nº 2521-6/00, habilitada aos benefícios do BAHIAPLAST, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 7.439/98, alterado pelo Decreto nº 7.732/99, relativos a:

**Nota: A denominação atual da beneficiária foi dada pela Resolução nº 03/04, de 07/10/04, DOE de 08/10/04, efeitos a partir de 08/10/04.**

**Redação original, efeitos até 07/10/04:**  
"FLY PACK LTDA."

**I** - crédito presumido - fixa em 41,1765% do imposto destacado o percentual a ser utilizado pela FLY PACK LTDA., nas saídas para o mercado estadual e em 70% nas operações de saídas interestaduais de filmes para fraldas descartáveis e absorventes higiênicos, e crédito presumido nas operações de saídas de filmes para envoltórios técnicos, filmes gofrados e frisos perfilados.

**Nota: A última parte do inciso I do art. 1º foi acrescentada pela Resolução nº 03/04, de 07/10/04, DOE de 08/10/04, efeitos a partir de 08/10/04.**

**II** - diferimento - nas aquisições de polietilenos e masterbatch de estabelecimentos industriais enquadrados na CNAE-FISCAL, sob o código de atividade econômica nº 2431-7/00 e diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, relativo às importações do exterior e às aquisições neste Estado e em outras unidades da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer a desincorporação.

**Nota: A última parte do inciso II do art. 1º foi acrescentada pela Resolução nº 04/06, de 21/06/06, DOE de 22/06/06, efeitos a partir de 22/06/06.**

**Art. 2º** O prazo dos presentes benefícios contar-se-á da data da publicação desta Resolução no Diário Oficial e vigorará até 31 de dezembro de 2007, prazo final para concessão do incentivo.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 11 de junho de 2002.

**ALBÉRICO MASCARENHAS**  
Presidente